

Arquivado  
em 19/6/99



1.ª Votação	Resultados
/ /	
2.ª Votação	
/ /	
3.ª Votação	
/ /	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 1559, DO LEGISLATIVO

### COMISSÕES PERMANENTES DE

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS  
EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO N.º 199/99

DATA 26 / 02 / 99

PROMOVENTE: VER. MARCOS LUIZ A. ESPINOZA

ASSUNTO : INCLUI ARTIGO NA LEI MUNICIPAL 1.104/93 E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ  
RUA DO COMÉRCIO, 566 - FONE/FAX (051) 652-1399

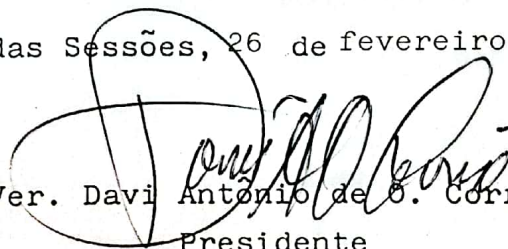
A T O Nº 235

INCLUI O PROJETO DE  
LEI Nº 1559 , DO LEGISLATIVO , NA  
PAUTA DOS TRABALHOS.

Ver. DAVI ANTÔNIO DE OLIVEIRA CORRÊA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 35, inciso 1, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 1559, do Legislativo .

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que lhe confere o artigo 54, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de Lei nº 1559, do Legislativo , às Comissões Permanentes, para na forma regimental, receber o Parecer das mesmas.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 1999.

  
Ver. Davi Antônio de O. Corrêa  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em, 26 de fevereiro de 1999.

  
Ver. Fernando Ribowski Lopes  
1º Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ  
RUA DO COMÉRCIO, 566 - FONE/FAX (051) 652-1399

Butiá, 26 de fevereiro de 1999.

Senhores Vereadores:

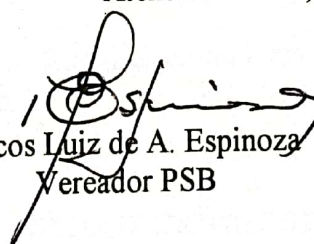
O presente Projeto de Lei busca agilizar o processo de qualificação dos professores do quadro do magistério do município, conforme prevê a Lei de Diretrizes Orçamentária.

Considerando-se que os custos de tal compromisso são baixos e que o município é beneficiado com o FUNDEF sendo 40% deste fundo destinado a investimento nas escolas e professores, achamos essencial um plano de apoio aos professores que estudam no nível superior. Ampliando os recursos da Lei 1104/93, estará o Executivo levando a oportunidade de mais docentes terem acesso ao curso superior melhorando assim a qualidade da educação.

É necessário esclarecer que o presente Projeto de Lei não cria despesa, como poderia os mais afoitos declarar, pois o mesmo apenas disciplina em lei uma forma de direcionar os investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Assim sendo, solicitamos aos nobres colegas edis a aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

  
Marcos Luiz de A. Espinoza  
Vereador PSB





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ  
RUA DO COMÉRCIO, 566 - FONE/FAX (051) 652-1399

PROJETO DE LEI Nº 1559

INCLUI ARTIGO NA LEI  
MUNICIPAL 1.104/93 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR GARCIA MENDES, Prefeito Municipal de  
Butiá, no uso de suas atribuições legais

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal  
autorizado a incluir artigo e parágrafo na Lei Municipal nº1.104/93 que institui o programa de  
incentivo à especialização do Magistério Público Municipal, com a seguinte redação:

**ARTIGO 2º** - Fica a Prefeitura Municipal de Butiá ,  
autorizada a utilizar dez por cento (10%) mensal dos quarenta por cento (40%) da verba oriunda  
do FUNDEF para custear despesas com faculdade na formação de professores do quadro do  
magistério municipal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A seleção dos beneficiários  
obedecerá os dispositivos da Lei 1104/93 de 21 de dezembro de 1993, devendo o Poder  
Executivo ampliar o número de beneficiários para uma maior qualificação do magistério.

**ARTIGO 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
EM

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
EM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

L E I Nº 1.104

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO  
À ESPECIALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLI-  
CO MUNICIPAL.

LUIZ MARCELO DE ASSIS ESPINOSA, Prefeito Municipal de Butiá, no  
uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte L E I:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Artigo 1º - O Programa de Incentivo à Especialização do Magistério Público Municipal, reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

DAS FINALIDADES DO PROGRAMA:

Artigo 2º - O Programa previsto no artigo 1º desta Lei, tem como finalidade conceder bolsa rotativa de estudos ao professor do Quadro do Magistério Municipal, visando custeio de mensalidades do beneficiário.

DOS BENEFÍCIOS:

Artigo 3º - O Programa concederá 20 (vinte) bolsas rotativas de estudo, sendo a implantação de cinco (05) a cada ano a partir de 1994, com o objetivo de custear as mensalidades cobradas, pela instituição de ensino superior conveniada com a Prefeitura Municipal de Butiá.

Artigo 4º - Os beneficiários do Programa previsto no artigo 1º deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) ser professor efetivo do Quadro do Magistério Municipal;
- b) proceder matrícula na instituição conveniada (FAPA);
- c) possuir recurso insuficiente, próprio ou familiar;
- d) atuar na área educacional de acordo com a prioridade estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- e) cursar licenciatura na área educacional de prioridade solicitada pela administração municipal;
- f) estar inscrito no programa, através de requerimento.

...





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

...

fl. 2

DA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS:

Artigo 5º - A seleção dos beneficiários realizar-se-á por meio de procedimento seletivo, cujos critérios, requisitos, datas e etapas serão fixados e publicados através de Edital do Executivo Municipal, de acordo com esta Lei.

Artigo 6º - A seleção dos beneficiários, será realizada por uma Comissão Especial formada por elementos representantes do SIMBU, CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, nomeados através de Portaria do Executivo Municipal, no início do primeiro semestre de cada ano.

Artigo 7º - Na época de cada seleção, a Secretaria de Educação e Cultura estabelecerá as áreas prioritárias, conforme necessidade do Ensino Municipal.

DOS PRAZOS:

Artigo 8º - Nos benefícios serão observados os seguintes prazos:

- a) de utilização de recursos: não poderão ultrapassar o tempo médio de duração do curso, fixado no mínimo de 25 créditos e máximo de 30 créditos por semestre, prorrogável por período de no máximo um (01) ano, avaliada tal prorrogação pela Comissão;
- b) de contrapartida: igual ao período de utilização, contado a partir do término do curso, ficando o beneficiário comprometido a atuar no magistério municipal, sob pena de ressarcimento em valor reajustado do benefício concedido.

DO CANCELAMENTO TOTAL DOS BENEFÍCIOS:

Artigo 9º - Os benefícios previsto nesta Lei, serão cancelados, a qualquer tempo, pela Comissão Especial da instituição credenciada caso se comprove:

- a) fraude ou outro vício de vontade para a sua obtenção;
- b) possuir o beneficiário recursos suficientes, próprios ou familiares;
- c) insuficiente desempenho escolar, mensurado por nota e frequência;

...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

fl. 3

- d) trancamento ou cancelamento de matrícula ou abandono dos estudos por parte do beneficiário.

Parágrafo 1º - O disposto nos incisos b e c deste artigo, deverão ser comprovados pelo beneficiário, no término de cada período letivo, sob pena de cancelamento automático dos benefícios.

Parágrafo 2º - Nos casos previstos neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, se for o caso, importará no cancelamento automático dos benefícios e do ressarcimento aos cofres públicos, pelo beneficiário, dos benefícios já concedidos.

DOS RECURSOS:

Artigo 10 - O programa será mantido pela Prefeitura Municipal, na dotação orçamentária de Incentivo à Profissionalização.

DAS GARANTIAS:

Artigo 11 - O beneficiário para habilitar-se à percepção dos benefícios previstos nesta Lei, apresentará como garantia, aval prestado por pessoa que tenha emprego ou renda fixa, não sendo necessário que esta tenha bens imóveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Artigo 12 - Na primeira seleção, serão abertas cinco (05) vagas para os professores do quadro que já estejam cursando licenciatura na Faculdade conveniada, e que se enquadrem nos requisitos previstos e as demais vagas serão preenchidas cinco a cada ano e selecionadas entre professores que não estejam ainda no curso superior e que também se enquadrem nas exigências da seleção.

Artigo 13 - Fica a Prefeitura Municipal de Butiá, autorizada a firmar Convênio com a Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, em conformidade com as exigências determinadas nesta Lei.

Artigo 1º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 21 de dezembro de 1993

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em, 21 de dezembro de 1993

LUIZ MARCELO DE ASSIS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ, RS.

PARECER TÉCNICO Nº005, de 16.04.1999(*Sexta-feira*).

1 -- Da(s) autoridade(s) administrativa(s) requerente(s)

1.1 – Comissão Especial (RI, art. 61)

2 – Do parecerista subscritor

2.1 - LOMBARD, Paulo, Assessor Jurídico(Resolução nº 163, de 29.11.93), nomeado, pela Portaria nº070, de 31.12.1998, advogado, inscrito, na OAB/RS, sob o nº24941.

3 – Objeto

3.1 – Projeto de Lei Municipal nº **1.559**, proposto, nesta Sessão Legislativa, pelo Ilustríssimo Vereador, Marcos Luiz de Assis Espinoza, objeto do administrativo nº199, de 26.02.99.

4 - Pedido

4.1 - A Comissão Especial, constituída, pela possibilidade jurídica regimental do art. 61, na sessão do dia 09.04.1999(*Sexta-feira*), por determinação unânime do Colegiado, resolveram remeter este Projeto de Lei, à Assessoria Jurídica Legislativa, para exame e parecer, quanto, aos aspectos de eficácia, **constitucional, legal, jurídico, gramatical e lógico**, em atendimento à cogência regimental (RI, art.50).

4





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ, RS.

---

5 – Das razões de parecerização

O Projeto de Lei Municipal nº 1559, de 26.02.1999 contem normatividade relativa à **INCLUSÃO** de artigo, na Lei Municipal nº 1.104, de 21.12.1993.

A Lei Municipal nº 1.104, de 21.12.1993 institui o **Programa de Incentivo à Especialização do Magistério Público Municipal**, de iniciativa do Poder de Executivo.

O município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual, assim legislou o constituinte federal e estadual, conforme denota-se dos arts. 29(CF/88) e 8º(CE/89).

A Lei Orgânica Municipal(LOM) vigente atribui, "**privativamente**", ao Prefeito Municipal, a competência, para legislar sobre a *organização e funcionamento da Administração Municipal*, pelo teor do art.78, parágrafo único,"b", assim redigido:

Art. 78 – ...

Parágrafo único – São de iniciativa do Prefeito Municipal as que disponham sobre:

- a)...
- b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, direitos e deveres;
- c) ...

4  
2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ, RS.

Destarte, s.m.e., principalmente, peço vênica ao ínclito Edil proponente, para entender que a matéria, excelentemente, tratada, neste Projeto de Lei Municipal, constitui instituto jurídico afeto à competência privativa do Poder Executivo Municipal, por se tratar de organismo administrativo interventor, na organização e funcionamento da administração municipal, além se tratar de matéria financeira – Receita Pública.

No entanto, trata-se projeto de lei de iniciativa reservada discricionária do Executivo Municipal (art. 78, parágrafo único, alínea "b", que, no seu conteúdo gramatical e lógico atende à clareza necessária, para conhecimento e leitura, por qualquer administrado, não vislumbrando-se qualquer reparo, no plano orgânico.

Contudo, o projeto de lei municipal, **sub examine**, contem vício de origem, por vulnerar; art. 10 da CE/89; arts.2º, 78, § único, "b" da LOM.

À apreciação da Comissão Especial instaurada, sendo esta a convicção emergente consignada.

Butiá(RS), em 09 de abril de 1999.

  
Paulo Lombard,  
Assessor Jurídico.

Recebido, em \_\_/\_\_/\_\_.



# Jurisprudência RT

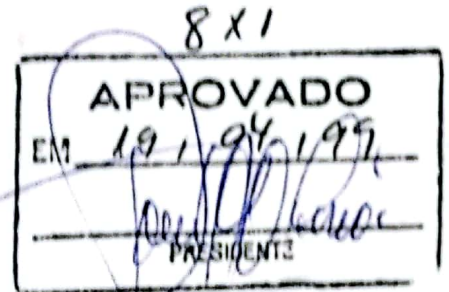
O melhor repertório de jurisprudência do país.

1. **TJSP - SERVIDOR PÚBLICO -- Teto remuneratório -- Emenda de projeto de lei efetuada por vereador, aumentando aquele limite, que por si só não implica aumento da despesa -- Observância dos parâmetros constitucionais -- Representação interventiva improcedente.**

**Andamento**

Esta foi a única ocorrência encontrada de **RT 658** página **81**.

[ [Jurisprudência RT](#) ] [ [RT Livraria Virtual](#) ] [ [Chat Jurídico](#) ] [ [Links](#) ]  
[ [Andamento de Processos](#) ] [ [RT Códigos](#) ] [ [Home](#) ]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Vereadores de Butiá**

Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

Comissão Permanente de

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELO ATO Nº 246

Processo nº : 199/99  
Parecer nº : \_\_\_\_\_ Data : 16 / 04 / 99  
Referência : PROJETO DE LEI Nº 1559, DO LEGISLATIVO

A Comissão Especial constituída pelo Ato nº 246, após examinar o Projeto de Lei nº 1559, do Legislativo, decidiu acatar o Parecer da Assessoria Jurídica da Câmara, sob os aspectos pertinentes à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1999.

*Amor* *clausura da Siko-*  
*maia*  
*ilvz*  
*Presidência*